

ARTIGOS PUBLICAÇÃO CONTÍNUA

Ana Júlia Freitas Gomes ^I

Günther Richter Mros ^{II}

Pedro Quinteiro Uberti ^{III}

“Distantes, porém amigos”: o olhar da mídia impressa sobre aproximação entre o Brasil e a China Popular em 1974

“Distant, yet friends”: the perspective of the print media on the rapprochement between Brazil and the People’s Republic of China in 1974

RESUMO:

Neste artigo, discutiremos a repercussão do estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a República Popular da China em diferentes veículos de mídia impressa, no ano de 1974. Para tanto, a bibliografia especializada conduziu-nos à reflexão do período de transição governamental, com a posse do General Ernesto Geisel, que assumiu uma política de “pragmatismo ecumênico e responsável” para a condução externa, com rompimento relativo à política externa de seus antecessores militares. Nesse ínterim, com relação a aproximação entre os governos brasileiro e chinês, o entendimento da “opinião pública”, desde a sua conceituação, até a factualidade, é caro ao momento histórico estudado, pois foi marcado por dura censura e repressão aos meios de comunicação. Desse modo, a partir da análise documental histórica dos periódicos *Jornal do Brasil*, *Opinião*, e da revista *Manchete*, objetivamos compreender de que modo o nascimento do relacionamento entre Brasil-China foi retratado, a partir de diferentes linhas editoriais e ideológicas.

Palavras-chave: Brasil; China; Pragmatismo ecumênico e responsável; Opinião pública; Política externa

ABSTRACT:

In this article, we examine the repercussions of the establishment of diplomatic and trade relations between Brazil and the People’s Republic of China across different print media outlets in 1974. Drawing on specialized bibliography, we reflect on the governmental transition marked by the inauguration of General Ernesto Geisel, who adopted a policy of “responsible and ecumenical pragmatism” in foreign affairs, representing a relative break from the foreign policy of his military predecessors. In this context, regarding the rapprochement between the Brazilian and Chinese governments, understanding “public opinion”—from its conceptual foundations to its concrete manifestations—is crucial to the historical moment under study, as it was marked by strict censorship and repression of the press. Through historical documentary analysis of the newspapers *Jornal do Brasil* and *Opinião*, as well as the magazine *Manchete*, we seek to understand how the birth of the Brazil–China relations was portrayed from distinct editorial and ideological perspectives.

Keywords: Brazil; China; Responsible and ecumenical pragmatism; Public opinion; Foreign policy

^I Graduanda em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria  Santa Maria, RS, Brasil.
gomes.ana@acad.ufsm.br,  <https://orcid.org/0009-0008-7170-7464>

^{II} Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Maria; Professor, Universidade Federal de Santa Maria  Santa Maria, RS, Brasil.
gunther.mros@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-1111-0956>

^{III} Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria; Mestrando, Fundação Getúlio Vargas  Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
pedro.uberti@gmail.com,  <https://orcid.org/0009-0000-8135-2785>

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, buscamos compreender as percepções da mídia impressa sobre o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a China Popular na presidência do general Ernesto Geisel, em 1974. Antes de tudo, vale explicarmos que este artigo é um segmento de uma pesquisa mais ampla para a monografia de conclusão de curso, e surge com alguns questionamentos: como foi retratada a aproximação diplomática entre Brasil e China Popular pelos veículos jornalísticos? Qual era o viés ideológico de cada jornal, tendo em vista o movimento de censura à imprensa no regime militar? Como esses vieses influenciaram na construção das matérias jornalísticas? Ademais, buscamos compreender as aproximações e afastamentos entre a opinião pública e política externa em um período ditatorial que, como veremos, estava em via de abertura para a democracia, mas ainda não permitia a liberdade total aos meios de comunicação.

Para respondermos a essas perguntas, utilizaremos a metodologia qualitativa de pesquisa, munindo-nos do arcabouço teórico sobre o uso da imprensa para o estudo histórico, e a relação da opinião pública com a política externa brasileira. Além disso, a pesquisa contará com a revisão bibliográfica sobre a conjuntura internacional e a política externa do governo Geisel, somada à revisão

documental sobre as relações Brasil-China, presente nos acervos de Ernesto Geisel e Antônio Azere-do da Silveira — Ministro das Relações Exteriores — do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Para a análise das matérias jornalísticas, partimos da pesquisa na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, em que verificamos os jornais com mais ocorrências no ano de 1974 a partir das palavras-chave *Brasil*, *China* e *Diplomacia*. Para a seleção dos jornais, entre os que tinham mais ocorrências, fizemos uma breve pesquisa sobre jornais influentes e/ou alternativos do período ditatorial, verificando o viés ideológico-editorial de cada um, a fim de obtermos opiniões diversificadas sobre o tema.

Portanto, indicamos os jornais *Jornal do Brasil*, *Opinião*, e a revista *Manchete* para a nossa análise, tendo em vista a diversificação histórico-ideológica e de influência que eles nos oferecem.

Para tanto, é válido debatermos, ainda que brevemente, sobre o uso de fontes jornalísticas para o estudo histórico. A nossa escolha foi pautada pelo entendimento de que a imprensa não é um veículo de transmissão de informações neutro, visto que, em vários momentos, serve como meio de formação da opinião pública e é influenciado por agentes com interesses determinados (MULLER, 2019). No entanto, conforme explica Tânia Regina de Luca (2008), até os anos 1970 jornais e periódicos não eram vistos como fontes confiá-

veis de pesquisa pelos historiadores, devido à complexidade de checagem da veracidade dos fatos, às influências por trás da matéria que são dificilmente rastreáveis e à volatilidade de quem a escreve. Ou seja, parte dos historiadores defendiam o cuidado do pesquisador ao lidar com periódicos como fontes de pesquisa, não por sua

(...) falta de objetividade — atributo que, de fato, nenhum vestígio do passado pode ostentar —, antes se pretendia alertar para o uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador. (DE LUCA, 2008, p.116)

No entanto, a historiografia brasileira da década de 1970 passa a abordar os jornais não só como fonte de pesquisa, mas como objeto de pesquisa. Seguimos, dessa forma, no mesmo pensamento metodológico trazido por Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974, In: DE LUCA, 2008), de que

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero "veículo de informações", transmissor imparcial e neutro dos aconte-

cimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.

Assim, analisamos os periódicos não apenas como meio de acessar informações sobre o episódio em questão — visto que esse processo foi detalhado documentalmente e muito estudado pela literatura — mas sobretudo para compreender as percepções veiculadas por seus redatores em uma época de repressão aos meios de comunicação. Tendo isso em vista, buscamos, neste artigo, assumir um olhar amplo sobre o momento em que as relações diplomáticas entre China e Brasil foram seladas, não só por meio das fontes documentais e bibliográficas que demonstram as condicionantes deste processo, mas também, através de veículos que fazem parte da transmissão de informação direta com a população e influenciam, positiva ou negativamente, na formação da opinião pública. Isso é de fundamental importância quando compreendemos que tratava-se de um período de transição para abertura democrática — “lenta, gradual e segura” —, conforme afirmou o general Ernesto Geisel ao apresentar sua política de governo.

As seções do artigo estão organizadas de modo a conduzir a narrativa de uma perspectiva mais ampla à uma mais específica. Na primeira seção, trataremos da conjuntura que abarcava a presidência do general Ernesto Geisel e a política externa desenvolvida ao lado do chanceler Antonio

Azeredo da Silveira. Assim, descreveremos brevemente a realidade do sistema internacional da época, caracterizado pela détente soviético-americana e aproximação sino-americana; das circunstâncias domésticas no início do governo Geisel e as características do Pragmatismo Ecumênico e Responsável; além dos principais feitos da política externa de Geisel e Silveira, com enfoque no estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China. Na segunda seção, por sua vez, trataremos sobre a repressão aos meios de comunicação no governo Geisel e detalharemos as linhas editoriais e vieses ideológicos dos veículos selecionados. Esta parte contará com a revisão da bibliografia especializada e informações presentes na Hemeroteca Digital, para compreender o histórico dos jornais selecionados. Por fim, a terceira seção contará com a análise crítica das matérias publicadas sobre o momento do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. Nesse ínterim, analisaremos o viés crítico contido nas matérias, bem como palavras e expressões utilizadas pelos autores e detalhamento dos fatos. Desse modo, concluímos que apesar de abordarem o mesmo episódio da política externa brasileira, foi possível constatar que a avaliação de cada periódico sobre o tema foi relativa à sua linha editorial/ideológica.

CAMINHOS PARA O PRAGMATISMO ECUMÊNICO E RESPONSÁVEL

As mudanças estruturais no Sistema Internacional dos anos 1970 delinearam novas perspectivas para a política externa brasileira (PEB). Por um lado, o plano econômico doméstico dos anos 1960 abriu brecha para o desenvolvimento da ideia de *Brasil Potência* no governo de Emílio Garrastazu Médici, que ficou marcado pelo auge do *Milagre Econômico*, até o início dos anos 1970 (PINHEIRO, 1993; SPEKTOR, 2004). Por outro lado, a instabilidade no plano internacional, tendo em vista do Choque do Petróleo de 1973 e a derradeira mudança no padrão da moeda global do dólar-ouro para o dólar-flexível, abriu margem para uma política de autonomia e diversificação de parcerias, especialmente em relação à países de fora do eixo hegemônico (PINHEIRO, 1993; SPEKTOR, 2004). Para tanto, faz-se necessário compreendermos as dinâmicas de política interna e externa imediatamente antecedentes (1969-1974) ao governo de Ernesto Geisel, para que possamos tratar não só da sua política externa, mas também da percepção pública sobre essa matéria.

Assim, nesta seção, buscaremos responder às seguintes perguntas: Como estava a conjuntura do Sistema Internacional no período anterior e contemporâneo à posse do presidente Ernesto Geisel? Qual era a posição da República Popular da

China nesse sistema? Como foi a transição da política externa e econômica dos governos militares anteriores para a de Geisel? Quais os princípios fundamentais do Pragmatismo Ecumênico e Responsável? Além disso, queremos entender o papel da República Popular da China nessa estratégia de política externa. Tudo isso contribuirá para a consolidação do entendimento conjuntural sobre a temática do trabalho para que, então, possamos tratar da percepção da mídia impressa e da opinião pública.

A conjuntura do sistema internacional

Para Cervo e Bueno (2011), mesmo com a intenção de se utilizar do plano exterior para o crescimento e desenvolvimento econômico, o Brasil estava à mercê das contingências do tabuleiro internacional. A dinâmica Leste-Oeste enfrentou mudanças estruturais, sendo que a política externa dos Estados Unidos (EUA) passou, de acordo com os autores, por três fases: a diplomacia do equilíbrio; o trilateralismo; e a recuperação da hegemonia (CERVO; BUENO, 2011). A fase de diplomacia do equilíbrio estadunidense — que nos interessa particularmente — iniciou em 1969, com a ascensão de Henry Kissinger, a partir da aplicação da *Realpolitik*. De acordo com Cervo e Bueno (2011, p.416), Kissinger

acreditava que a paz resultaria de um sistema de equilíbrio, que se dispôs a construir, em substituição à bipolaridade. Seu desígnio era de trazer as cinco grandes potências (EUA, URSS, CEE, Japão e China) a um código comum de comportamento internacional, a reger o moderno jogo do equilíbrio.

Essas ideias estavam em vias de concretização durante o governo Nixon, dos EUA, e Krushchev, da URSS, enquanto a *détente* ainda era vigente. Nesse período, tem-se a ascensão da Diplomacia Triangular, também arquitetada por esses líderes, com participação de Mao Zedong, presidente do Partido Comunista Chinês e líder da República Popular da China (RPC) (HALLIDAY, 1989). Enquanto a URSS entendia que o declínio estadunidense — militar e econômico — podia ser vantajoso para a sua aproximação, especialmente após a Crise dos Mísseis de Cuba em 1962 e a Guerra do Vietnã, a RPC assumiu a política de *Yitiaoxian* (Uma Frente Unida) após definir que a URSS era seu principal inimigo — tendo em vista o rompimento sino-soviético em 1969 (GARTHOFF, 1985; HALLIDAY, 1989). Assim, o governo chinês visualizou que além de favorecer o isolamento soviético e seu consequente declínio, a parceria com os EUA poderia facilitar sua abertura diplomática com os demais países do Sistema Internacional, rompendo o isolamento que sofria (CHENG; ZHANG; 1999).

Não obstante, outro fruto desta dinâmica foi a realocação do representante chinês na Organização das Nações Unidas, especialmente no assento permanente do Conselho de Segurança. Apesar dos 76 votos a favor, 17 abstenções e 35 votos contrários — que incluem Estados Unidos e Brasil — à entrada da China na ONU, a literatura entende que sua admissão não seria possível sem a participação dos EUA nos bastidores do processo (GARTHOFF, 1985; HALLIDAY, 1989; CHENG. ZHANG, 1999; VALE et. al, 2021). Longe desses debates, é fato que o assento permanente do Conselho de Segurança conferiu à China Popular a legitimidade de que precisava para a ampliação de suas relações diplomáticas. Sob um discurso de caráter anti-hegemônico e terceiro-mundista, tratado na Resolução 2758 da Assembleia Geral das Nações Unidas, a China Popular foi reconhecida por 23 países — não só terceiro-mundistas, mas também alinhados às potências hegemônicas — somente entre 1971 e 1972 (PINHEIRO, 2003). Ou seja, a tendência internacional era de aproximação com a China Popular em detrimento à Taiwan, e o Brasil, sob liderança de Geisel, seguiu essa tendência.

A conjuntura doméstica

Defendemos, portanto, que o Pragmatismo Ecumênico e Responsável foi fruto de seu tempo. Longe de esgotarmos o seu ineditismo — que é

amplamente debatido na academia —, precisamos evidenciar, ainda que brevemente, os antecedentes e as raízes para a política externa desenvolvida por Geisel e Azeredo da Silveira. No dia 15 de março de 1974 o general Ernesto Geisel assumiu a presidência, após derrotar Ulisses Guimarães, do MDB, no Congresso (VIZENTINI, 2004). Um dos objetivos do governo era, desde o princípio, a gradual e controlada abertura política ao regime democrático, especialmente para não haver rupturas que pudessem expor as forças armadas a um desgaste institucional, especialmente para a opinião pública (VIZENTINI, 2004).

Ao mesmo tempo, o regime passava pelo arrefecimento do seu objeto de legitimação interno, a economia do país. O governo de Emílio Garrastazu Médici, antecessor de Geisel, foi marcado pelo auge do *Milagre Econômico*. De acordo com Spektor (2004, p. 199)

Os produtos manufaturados, que eram responsáveis por 5% da pauta de exportações em 1964, passaram a representar 36% em 1971. (...) As exportações cresceram de US\$ 1,5 bilhões para US\$ 6,2 bilhões entre 1967 e 1973, em razão de 24% ao ano. Contudo, a participação brasileira nos fluxos de comércio internacional permaneceu negligível, oscilando entre 0,9% e 1,75% no período 1969-1974. (...)

Além disso, o mercado interno investiu, ainda que não tão fortemente, no processo de di-

versificação de parcerias. Segundo o autor, entre os anos de 1969 e 1974, em matéria de exportações, o peso dos EUA diminuiu 5%, enquanto o Japão cresceu 3%, Terceiro Mundo e países socialistas 9% e África 4% (SPEKTOR, 2004, p.199). Ou seja, o país já caminhava para a diversificação de parcerias, quando tratamos de comércio, nos governos anteriores ao de Geisel.

No entanto, quando Ernesto Geisel ascende ao poder, herda a crescente dívida externa e, principalmente, as consequências advindas da Crise do Petróleo de 1973 e da guerra do Yom Kippur. Ademais, os governos militares anteriores apostaram no transporte rodoviário, em detrimento do hidroviário e ferroviário, “o que favorecia as indústrias automobilísticas transnacionais e implicava num crescente consumo de petróleo importado” (VIZENTINI, 2004, p.199). Consequentemente, com o aumento do preço do petróleo, a partir das tensões petrolíferas e financeiras, os países industrializados foram assolados pela recessão. Tudo isso contribuiu para a diminuição das importações de produtos do Brasil e dos investimentos externos (VIZENTINI, 2004). O projeto desenvolvimentista e de *Brasil Potência*, que legitimou o governo dos antecessores, não mais assegurava o rebote às críticas ao governo, tanto dos opositores quanto da própria linha-dura (PINHEIRO, 1993; VIZENTINI, 2004).

Paralelamente, a política externa do governo Médici era tímida quando tratamos de posicionamento no Sistema Internacional. Ao mesmo tempo que o Brasil defendeu pautas terceiro-mundistas, como a segurança econômica coletiva; a reforma da Carta da ONU; a luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional; diminuiu seu apoio a Israel em favor da aproximação com países árabes, da mesma forma que apoiou a África Negra durante o *apartheid*; nunca associou-se ao Movimento dos Não-Alinhados oficialmente, ainda que se colocava como membro observador (PINHEIRO, 1993; SPEKTOR, 2004). Ou seja, a política externa brasileira era tímida pois, apesar de defender a autodeterminação, a não-intervenção e a justiça entre as nações, “a crítica brasileira do ordenamento internacional manteve-se restrita aos foros multilaterais e de nenhuma maneira confrontou as preferências das grandes potências.” (SPEKTOR, 2004, p. 204). Portanto, as crises interna e externa criaram condições para a aplicação de uma nova política externa, mais autônoma e pragmática, voltada para a projeção de poder por via de parcerias.

Desse modo, montado o palco para que Geisel e seu chanceler, Azeredo da Silveira, atuassem, o Pragmatismo Ecumênico e Responsável (PER) surge como meio de desenvolvimento e reposicionamento do Brasil no Sistema Internacional. A literatura sobre a política externa do gover-

no Geisel compreende que as suas raízes estão na Política Externa Independente (PEI), caracterizada pela autonomia nacional, não-alinhamento, abertura à mercados externos e diversificação de parcerias (PINHEIRO, 1993; LESSA, 1998; SPEKTOR, 2004; MOREIRA LIMA, 2018). Concomitantemente, Spektor (2004, p.196) afirma que “a novidade do pragmatismo encontra-se, acima de tudo, no tratamento dos vínculos com os principais relacionamentos do país.”, além de que “(...) trouxe novos elementos de estilo e de retórica do discurso diplomático” (SPEKTOR, 2004, p. 197).

Assim, podemos responder ao questionamento sobre as principais características e os princípios fundamentais do Pragmatismo Ecumênico e Responsável. Em entrevista para Maria Celina D’Araujo e Celso Castro (1997), o general Geisel revelou que o nome da política externa surgiu de conversas com Azeredo da Silveira no final do ano de 1973. Ambos concordavam que o Brasil tinha de ser realista e, em geral, independente, sem a permissividade aos Estados Unidos presente nos governos Castelo Branco e Costa e Silva (GEISEL, In: D’ARAUJO; CASTRO, 1997).

O chanceler Azeredo da Silveira, por sua vez, utilizou-se do espaço internacional também para a projeção da nova política externa brasileira, como plataforma de reposicionamento no sistema internacional. No discurso de abertura da XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Uni-

das, em 1974, Silveira afirma que “Queremos que o governo brasileiro possa cumprir a vocação ecumênica de seu povo, aberto à comunicação desinibida e franca.” (In: MOREIRA LIMA, 2018, p. 50). Em adição, se refere aos outros dois conceitos definidores da política externa,

Pragmática, na medida em que buscamos a eficácia e estamos dispostos a procurar, onde quer que nos movam os interesses nacionais brasileiros, as áreas de convergência e as faixas de coincidência com os interesses nacionais de outros povos. Responsável, porque agiremos sempre na moldura do ético e exclusivamente em função de objetivos claramente identificados e aceitos pelo povo brasileiro. (SILVEIRA, 1974, In: MOREIRA LIMA, 2018, p. 50).

A colocação dos elementos do Pragmatismo Ecumênico e Responsável pelos atores que o conduziram nos permite identificá-lo como fruto de seu tempo. O realismo não poderia ser deixado de lado nessa conjuntura em que o novo governo se encontrava. As decisões deveriam ser assertivas, a medida em que a realidade econômica não só nacional, mas também internacional, era incerta. Do mesmo modo, o sistema internacional passava pela fase de mudança estrutural (SPEKTOR, 2004), favorecendo o reposicionamento das nações do tabuleiro internacional, o que justifica o conceito de ecumenismo nas relações exteriores, sobretudo na ampliação do relacionamento com

outras nações com base no interesse nacional. Como dissemos, mesmo que desde o governo Médici a ideia de Brasil Potência fosse objetivada, somente a partir da projeção internacional esse posto poderia ser conquistado.

Paralelamente, a pressão interna exigia que além de pragmática, a política exterior tinha de ser responsável, à medida em que a aproximação com países de ideologia comunista, por exemplo, podia ser vista como ameaça ao interesse nacional, especialmente pela linha-dura. Em outras palavras, o PER andava em uma linha tênue que, de um lado, se encontrava a oposição ao governo, que buscava a abertura democrática o mais rápido possível e, de outro, os militares da linha-dura que queriam a permanência do regime, sem necessidade de abertura democrática, ambos à espera do deslize que deslegitimaria o novo governo. No entanto, não devemos admitir o posicionamento binário nessa matéria, pois o governo Geisel tinha significativa aceitação entre os militares, e meios de manobra para execução de seus interesses, não só na presidência, mas também em outros ministérios, no Conselho de Segurança Nacional e em alguns setores formuladores da opinião pública.

Diversificação de parcerias e aproximação com a China Popular

Compreendidos os princípios orientadores da nova política exterior, apresentaremos algumas decisões que se destacaram para, enfim, tratarmos do estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com a China comunista. A primeira linha de ação executada pelo governo foi a aproximação com o Oriente Médio. Segundo Vizentini (2004, p. 202), “o Itamaraty permitiu a instalação de um escritório da OLP¹ em Brasília, apoiou o voto antisionista na ONU e adotou uma intensa política exportadora de produtos primários, industriais e serviços, em troca do fornecimento de petróleo”. Vale lembrarmos que, tendo em vista a Crise do Petróleo de 1973 e a guerra do Yom Kippur, os países árabes da OPEP conquistaram relativa autonomia em relação à venda de petróleo e negociação com outros Estados, para além dos EUA. Inclusive, no mesmo discurso à Assembleia Geral da ONU citado anteriormente, o Ministro das Relações Exteriores se direciona aos países do Oriente Médio afirmando que “É surpreendente – diria até chocante – verificar que o mundo parece voltar suas preocupações para o Oriente Médio apenas quando se produzem crises de natureza bélica nessa conturbada região.” (SILVEIRA, 1974, In MOREIRA LIMA, 2018, p. 55). Para além dos âmbitos político e social, a associação brasileira aos países árabes

também contemplou o desenvolvimento industrial, militar e tecnológico.

Em relação aos vizinhos latino-americanos, buscou-se estreitar laços a partir da cooperação para o desenvolvimento de todas as nações, algo que já vinha sendo feito desde o governo Médici. Para Cervo e Bueno (2011, p. 448), na estratégia para a América Latina convinha a participação intensa do Brasil

a) nos órgãos multilaterais regionais, particularmente no SELA (Sistema Econômico Latino-Americano, criado por tratado de 1975), na OEA, na Alalo - vendeu a imagem de um país não hegemônico, aberto à integração; b) pela diplomacia pessoal, que teve um grande incremento - afinava as posições em política internacional, dissuadia consensos de grupos, procedia a demonstrações de força quando necessário e preparava o terreno para projetos de intercâmbio; c) na esfera bilateral - reforçava os programas em andamento e ampliava a cooperação, no plano das intenções (acordos, tratados) em volume positivamente enorme.

Portanto, apostava-se não só na presença em fóruns multilaterais e outras organizações, como também nas relações bilaterais. Paralelamente, houve certa preferência econômica em relação aos países do Norte. Segundo Geisel (In: D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 338), "Os nossos interesses, de fato, estavam no Hemisfério Norte. Os países do Hemisfério Sul, em termos de tecnologia, de

financiamento, de equipamento, nada tinham que pudéssemos aproveitar.". E, tendo em vista o arrefecimento das relações com os Estados Unidos, o governo investiu no relacionamento com a Europa Ocidental e o Japão. As principais áreas eram as de transferência de tecnologia, atração de capitais externos e cooperação comercial (VIZENTINI, 2004). Um dos principais episódios dessa época foi a assinatura do Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental em 1975.

Por fim, o relacionamento com os países socialistas evidenciou o discurso de ecumenismo pragmático do governo, pois ao mesmo tempo que ampliou-se relações diplomáticas, com foco econômico e comercial, as decisões foram feitas com ressalvas no plano político-ideológico. Mesmo assim, Vizentini (2004) ressalta que houve um incremento nas relações com esses países, inclusive, em termos estratégicos, com convergência de ideias com o Terceiro Mundo. Consideramos particularmente relevantes dois episódios: O primeiro é o fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer o governo do MPLA, abertamente marxista, em Angola — além das aproximações com outros países africanos e defesa da África negra no *Apartheid*. O segundo é, justamente, o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com a República Popular da China.

O estabelecimento de relações diplomáticas com a China

A partir deste momento, responderemos ao último questionamento desta seção, ou seja, entender o papel da República Popular da China na política externa brasileira do Governo Geisel. Longe de elaborarmos grandes debates sobre o processo decisório e burocrático para o estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China, traremos as principais motivações para essa decisão e, na quarta seção deste artigo, abordaremos as repercussões da opinião pública sobre o tema. Assim, no dia 15 de agosto de 1974 os governos da República Popular da China e da República Federativa do Brasil emitiram um Comunicado Conjunto (1974) sobre o estabelecimento das relações diplomáticas em nível de embaixada. Nesse Comunicado, além do reconhecimento brasileiro sobre a RPC ser o único governo legítimo da China, afirma-se que “Taiwan é parte inalienável do território da República Popular da China.” (BRASIL; CHINA, 1974). Em outras palavras, rompeu-se automaticamente o relacionamento diplomático entre Brasília e Taipei.

As condicionantes para essa tomada de decisão têm caráter multifatorial, ou seja, por mais que discursivamente tenha se pautado na justificativa de ampliação comercial do Brasil, verificamos a presença de aspectos políticos e econômicos no

processo decisório (PINHEIRO, 1993; 2003). Para apresentar as motivações para o estabelecimento de relações entre Brasil e China, vamos sumarizar os tópicos levantados no documento de Exposição de Motivos, de 9 de abril de 1974, redigido pelo chanceler Antonio Azeredo da Silveira ao presidente Ernesto Geisel. Dentre os aspectos citados, Silveira (1974) evidenciou a “consolidação de novos centros de poder” no cenário internacional, que exige do Brasil o manejo de suas relações diplomáticas e comerciais que favoreçam seus interesses e suas “responsabilidades de potência em ascensão”. Da mesma forma, o chanceler afirmou que a República Popular da China é vista como potência, e que já foi “reconhecida de jure pela maioria dos Governos” (SILVEIRA, 1974), ao mesmo tempo que legitimou sua importância com base no assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Não obstante, o argumento que impediria o estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China Popular teria duas vertentes: o caráter ideológico e a segurança nacional. Em resposta, Azeredo da Silveira (1974) explicou que atividades subversivas são desaconselhadas na China Popular desde 1969, além de que haveria vigilância nas atividades da embaixada chinesa no Brasil — somou-se o fato de já existirem missões diplomáticas comunistas no País.

Paralelamente, não só os aspectos positivos para a decisão foram citados, mas também o

ônus do afastamento de Taiwan. No mesmo documento, Silveira (1974) ressaltou que as relações diplomáticas com Taiwan seriam automaticamente rompidas, tendo em vista a política de uma só China. O argumento que favorece a China Popular, dado pelo Chanceler é que, apesar dos frutos comerciais da parceria Brasil-Formosa, poderia-se seguir os exemplos de Japão e Espanha, que após o reconhecimento da PRC e fechamento das missões diplomáticas entre os países, mantiveram escritórios comerciais em para manutenção dessas relações (SILVEIRA, 1974) — somado ao fato de que apenas 12 países mantêm missões diplomáticas em Taipé. Por fim, Antônio da Silveira ressaltou o pragmatismo de Nixon ao visitar Pequim, o que “dissipou quaisquer dúvidas quanto à dependência de compromissos antigos ou de uma solidariedade ideológica por parte do Brasil com relação à questão chinesa” (SILVEIRA, 1974).

Tendo em vista as motivações explicitadas no documento trocado entre o Ministro das Relações Exteriores e o Presidente, podemos chegar a algumas conclusões. Primeiramente, evidenciou-se o foco na conjuntura internacional, que seguia a tendência de reconhecimento e aproximação com a China Popular. O entendimento dessas motivações não pode ser anacrônico, a China de 1974 não é a mesma China do século XXI. No entanto, percebe-se não só no discurso de Silveira, como também na literatura sobre o Sistema Internacio-

nal da época, que a China galgou posições no topo do tabuleiro internacional, especialmente a partir da década de 1970. Em segundo lugar, percebe-se a necessidade brasileira de legitimar-se não só em caráter econômico, mas também politicamente. A política externa voltada para a autonomia e diversificação, desde então, passou a fazer parte do plano de inserção brasileiro no cenário global, visto que se posicionava como potência em ascensão. Por fim, as decisões de política externa eram inalienáveis à política interna do Estado. Sabe-se que o processo decisório para o reconhecimento da China não passou apenas pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Presidência, mas também pelo Conselho de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações, parlamento, entre outros ministérios e órgãos do Governo. Ademais, chama-se a atenção a importância dada à opinião pública e à oposição na política elaborada por Geisel-Silveira, que trataremos na seção a seguir.

CENSURA E OPINIÃO NO GOVERNO GEISEL

Expostos as dinâmicas conjunturais para o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a China Popular — não esquecendo que se tratam das justificativas elencadas pelo próprio Governo na época —, partimos para a realidade interna do Brasil. A censura aos meios de comuni-

cação fez parte da realidade da ditadura militar durante toda a sua vigência. No entanto, nesta seção pretendemos debater não só as políticas sobre o acesso à informação e censura no governo Geisel, sobretudo quando tratamos dos veículos de comunicação impressa, mas também as perspectivas ideológicas que os jornais selecionados defendiam desde o início da ditadura até o nosso objeto. Ademais, buscamos compreender a influência do setor de comunicação na formulação da política externa do governo — imaginando que ele teria algum tipo de participação.

Tendo isso em vista, essa seção tentará responder os seguintes questionamentos: como estava a política de censura do regime militar no período da presidência de Ernesto Geisel? Tratando da aceitação de alguns veículos ao Golpe de 1964, qual era o papel do setor de comunicação na política brasileira dez anos após a entrada dos militares? Por fim, detalharemos a progressão do viés ideológico, político e editorial dos veículos *Jornal do Brasil*, *Opinião* e da revista *Manchete* nesses dez anos, para que se compreenda o teor crítico presente em cada matéria que analisaremos. Antes de tudo, porém, ressaltamos que essas perguntas exigem uma profundidade exploratória teórica e documental que não é possível ser atingida neste artigo, no entanto, são perguntas relevantes para conduzir, ainda que superficialmente, a nossa investigação.

Entre censura e abertura

A repressão aos meios de comunicação, durante a ditadura, passou por oscilações. A presidência inaugural do regime (1964-1967), de Castelo Branco, utilizou-se da censura como ferramenta institucional para legitimação. Em 9 de abril de 1964, o marechal Castelo Branco assina o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que confere aos comandantes das Forças Armadas o direito de cassação de mandatos legislativos e suspensão de direitos políticos (BRASIL, 1964). O AI-2, de 27 de outubro de 1965, modifica a Constituição de 1946 no que tange às eleições, processos legislativos, organização dos três poderes e dos poderes do Presidente da República, entre outros (BRASIL, 1965). Para Soares (1989), Castelo Branco ainda buscava legitimar-se sob a noção de constitucionalidade das suas ações. No entanto, o AI-2 ampliou as margens para aplicação da censura ao definir a “subversão da ordem” como crime, em que “Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de subversão, da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe.” (BRASIL, 1965). No ano de 1966, outros dois Atos Institucionais foram editados, o AI-3 e o AI-4 aprofundaram ainda mais o caráter ditatorial do regime militar, ao prever eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais, entre a cassação de outros direitos eleitorais (BRASIL, 1966).

Já no início de 1967, nos últimos momentos da presidência, Castelo Branco promulgou a Constituição de 1967 e sancionou a lei nº 5.250, sobre a regulação da liberdade de manifestação do pensamento e de informação (BRASIL, 1967). A Lei de Imprensa de 1967 trouxe limitações à liberdade de expressão e de imprensa, ao proibir a publicação de materiais subversivos, contra a ordem e os bons costumes, ou que desconfiem do Governo e instituições públicas. Assim, mesmo que tímida, a censura já se instalava como meio de repressão à oposição e controle da opinião pública no governo Castelo Branco.

A presidência de Costa e Silva (1967-1969), por sua vez, foi o ponto de virada para o que seria o auge da repressão e violência ditatorial dos governos militares. Em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva assinou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que oficializa a ditadura no Brasil. Conforme Soares (1989, p.22) a “história da repressão (liberdade de imprensa) divide-se claramente em três períodos: antes do AI-5, entre o AI-5 e o início do governo Geisel, e de então até a restauração da democracia”. Isso se explica pelas perseguições aos jornais não só de oposição ao regime, mas também aos que o haviam defendido em 1964, como no caso do *Jornal do Brasil*, que detalharemos posteriormente (SOARES, 1989; MULLER, 2019). No governo Médici (1969-1973), jornalistas e editores foram perseguidos, soldados passaram a ocupar as

sedes dos jornais, matérias inteiras foram substituídas, por exemplo, por receitas culinárias. A prática dos *bilhetinhos*² passou a ser executada amplamente. A repressão violenta à imprensa perdurou até a posse de Ernesto Geisel, que reduziu a censura sobre alguns jornais.

O período seguinte ao de Médici é visto como uma fase de distensão política, não só externa — como vimos anteriormente —, mas também interna. Contudo, o primeiro ano de Geisel manteve atividades como os *bilhetinhos*, a censura prévia³ e a censura permanente à jornais como “*O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *O Pasquim*, *Opinião* e *O São Paulo* (da Arquidiocese Paulista)” (SOARES, 1989, p. 23). A censura permanente aos dois primeiros foi retirada em janeiro de 1975, porém, censores permaneceram nesses jornais até depois da ordem de Geisel devido ao fato de que o *Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde* — da mesma empresa — estavam debaixo da jurisdição do II Exército, comandado pelo general de linha-dura, Ednardo de Melo (SOARES, 1989). Em 1976, houve o afastamento desse e de outros generais de linha-dura, evidenciando a onda de deslegitimação que esse grupo sofria.

Não podemos, todavia, tratar Geisel como um grande defensor da liberdade de imprensa, de expressão e da democracia. De fato, enquanto a repressão aos jornais, em geral, arrefeceu, mas a censura se mantinha aos jornais alternativos e de

oposição, como Gláucio Soares (1989, p.24) evidencia “a *Tribuna da Imprensa*, *O São Paulo* e praticamente toda a imprensa alternativa permaneceram sob censura prévia até 8 de junho de 1978; *Movimento*, que surgiu em 1975 (...) teve 4,5 milhões de palavras censuradas até 1978 (CHAGAS, 1979, p.48)”. Como vemos, o nosso objeto de estudo se localiza, justamente, no primeiro ano da presidência de Geisel, localizado na crista da onda de censura aos veículos de imprensa. Isso é de extrema relevância para a nossa análise, visto que o que foi publicado sofreu, invariavelmente, repressões de conteúdo e de sentido.

Principais mídias impressas dos anos 1970: posicionamento editorial e ideológico

É tendo em vista o caráter morno da censura sob o governo de Ernesto Geisel que trataremos sobre os principais veículos de comunicação da época. A multiplicidade de fontes que poderiam ser trazidas neste trabalho é indiscutível, especialmente quando olhamos para fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. No entanto, a seleção de três periódicos já é robusta quando pensamos no curto espaço de análise que possuímos. Por isso, nos propomos a delinear brevemente a história e o posicionamento político-ideológico dos veículos levantados, para que possamos, enfim, elaborar a

análise das suas matérias sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China.

Conforme explicamos na introdução deste artigo, a seleção dos jornais foi diversa. Antes de tudo, vale enfatizar que apesar a alta relevância dos periódicos *O Estado de São Paulo* e *O Pasquim*, optamos por não escolhê-los pois, no caso do primeiro, tivemos dificuldades de acesso ao acervo e, no segundo, não houveram menções às relações diplomáticas entre Brasil e China Popular. Optamos pelos periódicos *Jornal do Brasil* e *Opinião* devido i) ao número de ocorrências das palavras-chave *Brasil*, *China* e *Diplomacia* na Hemeroteca Digital e; ii) à relevância desses periódicos na formação da opinião pública, como vimos em Soares (1989), Muller (2019) e no portal Memórias da Ditadura do Instituto Vladimir Herzog. A revista *Manchete*, por sua vez, também foi selecionada por seu crescimento e influência frente ao público, além da ênfase que deu à aproximação do Brasil com a China na edição que analisaremos.

Jornal do Brasil (RJ)

Em 9 de abril de 1891 foi fundado o *Jornal do Brasil* (JB), por Joaquim Nabuco e Rodolfo de Sousa Dantas, sendo um dos periódicos mais antigos e tradicionais do Brasil, e o mais antigo dentre os que selecionamos. Para não nos alongarmos nos mais de 100 anos de sua história, nos voltare-

mos ao posicionamento do Jornal a partir do golpe que iniciou a ditadura militar. Tendo em vista as inclinações de João Goulart à esquerda e a falência do Plano Trienal de Celso Furtado, o JB apoiou a intervenção militar sob a justificativa da luta contra o comunismo e apoio à democracia (BRASIL, 2015). Isso revela, de antemão, a tendência ideológica defendida pelo periódico.

A aproximação com o governo foi caracterizada por períodos oscilatórios, mas o Jornal se mantinha favorável ao regime militar até a perspectiva de abertura democrática. A candidatura do marechal Castelo Branco para a Presidência da República foi publicamente apoiada pelo Jornal do Brasil, especialmente por suas propostas na área econômica (BRASIL, 2015). Com o estabelecimento do AI-5 no governo Costa e Silva, no entanto, o periódico passou a se posicionar contrário à censura no regime. Conforme nos apresenta Bruno Brasil, na biografia da Hemeroteca Digital do Jornal do Brasil, no dia posterior ao decreto do AI-5 o periódico publicou: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos” (BRASIL, 2015, s.n.). Tempos depois um dos diretores do JB, Sette Câmara, foi preso e substituído por Otto Lara Rezende (BRASIL, 2015). Todavia, o periódico retomou o apoio ao regime sob a presidência do general Emílio Médici, “tomando para si os projetos de desenvolvimento e de consolidação da

grandeza nacional para si, sobretudo no plano da política econômica do ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto.” (BRASIL, 2015, s.n.). Mesmo assim, colunas que continham críticas ao regime foram publicadas e, evidentemente, passaram pelo processo de censura.

O relacionamento entre o *Jornal do Brasil* e o governo Geisel, por sua vez, foi conturbado e instável. O periódico aumentou as críticas ao regime repressivo e, já no início da presidência de Geisel, houveram rugas entre os seus diretores e as autoridades do governo (BRASIL, 2015). O posicionamento do JB passou a ser de apoio a reabertura política para a democracia, o que, em 1976, levou o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, o general Hugo Abreu, a escrever ao presidente Geisel um documento de “Medidas contra o Jornal do Brasil”, que continha planos para repressão política e econômica ao Jornal como supressão de anunciantes, proibição da publicidade e investigações (ARQUIVOS DA DITADURA, s.d.). O que vemos, portanto, é um exemplo da dubiedade do processo de abertura à democracia no governo Geisel que, ao mesmo tempo, retirou algumas medidas de repressão enquanto alargou outras mais específicas.

Opinião (RJ)

O jornal de oposição ao regime militar *Opinião* foi lançado em 23 de outubro de 1972, no Rio de Janeiro. Fruto da aliança entre Fernando Gasparian, empresário ligado a João Goulart, e Raimundo Rodrigues Correia, que tinha sido editor da revista *Realidade*, além de outros jovens jornalistas opositores ao regime (BRASIL, 2015; MEMÓRIAS DA DITADURA, s.d.). Publicava conteúdos como reportagens, artigos, comentários, ilustrações, entre outros, voltados para a economia, política, educação e cultura, sempre com viés analítico e crítico. O jornal contou com a participação de diversos jornalistas e intelectuais brasileiros e estrangeiros, inclusive, veiculava matérias do jornal francês *Le Monde*, apresentando-se como a sua edição brasileira, além de publicar matérias de jornais como o *The Washington Post* e *The Guardian* (ESTANISLAU, 2018). Ou seja, “Ao aproximar-se destas publicações, o tabloide pretendia constranger eventuais censuras, esperando repercussões internacionais caso fosse reprimido.” (BRASIL, 2015).

No entanto, o *Opinião* foi duramente censurado durante todo o seu tempo de existência. Conforme revela Bruno Brasil (2015), Fernando Gasparian foi advertido pela Polícia Federal antes mesmo do lançamento do periódico. Apesar de ser “editado cautelosamente, com pouco destaque a

matérias de temática delicada e evitando linguagem chula, de dezembro de 1972 em diante o jornal passou a sofrer com a censura prévia, inicialmente com um censor instalado em sua redação.” (BRASIL, 2015, s.n.). Já em 1973, surge a notícia de que o *Opinião* seria censurado por Brasília. A análise da censura demorou a chegar e atrasou a publicação que foi feita sem autorização do governo, isso acarretou na prisão de Gasparian, Raimundo Pereira e Tarik de Souza (BRASIL, 2015). Após os cortes de conteúdo, como imagens e textos, a vendagem do periódico caiu expressivamente, e ele passou a ser identificado como jornal de resistência (BRASIL, 2015, s.n.). Uma das estratégias para informar o público sobre a gravidade da censura era colocar um quadro negro sobre as matérias censuradas, o que também não foi visto com bons olhos pelos censores (ESTANISLAU, 2018).

O governo Geisel não representou uma mudança significativa ao jornal *Opinião* como foi com outros periódicos. Enquanto jornais como *O Estado de São Paulo*, a revista *Veja*, o jornal *O Pasquim*, mesmo que tardiamente, foram agraciados pela retirada da censura prévia, o *Opinião*, ao lado do *Tribuna da Imprensa* e *O São Paulo* permaneceram censurados (SOARES, 1989; BRASIL, 2015). Internamente, o periódico passava por crises institucionais por conta de divergências políticas entre os editores, mais precisamente entre Gasparian e Pereira, o que acarretou na saída de Pereira e de

seus redatores do periódico em 1975 (BRASIL, 2015). A repressão ao jornal continuou de maneira sistemática, mesmo após a retirada da censura prévia em 1976, sendo que em 1977 a pressão violenta contra os editores e redatores do jornal já era insustentável. Nesse mesmo ano, portanto, a circulação do Opinião foi encerrada, após a apreensão da Polícia Federal por uma edição que foi publicada sem os cortes da censura (BRASIL, 2015).

Manchete (RJ)

Em 26 de abril de 1952, no Rio de Janeiro, foi lançada a revista *Manchete*, criada por Adolpho Bloch, um imigrante ucraniano, e que viria a se tornar a maior concorrente da revista *O Cruzeiro*, parte dos Diários Associados e liderada pelo já citado Assis Chateaubriand. Os líderes da revista tinham proximidade com Juscelino Kubitschek, o que facilitou sua consolidação durante e após a construção de Brasília. Já nos governos militares, a revista não se posicionou contrária ao regime, apoiando inclusive, o plano de governo depois do Golpe de 1964 (BRASIL, 2015). Devido a estabilidade garantida pela parceria com os governantes militares, a *Manchete* evoluiu para o *Grupo Manchete*, que fundou a *Rede Manchete de Televisão*, uma das líderes em comunicação no Brasil até os anos 1990.

O posicionamento editorial era abertamente anticomunista e crítico, por exemplo, à União Soviética, sendo que a revista tratava não só de política, mas também sobre cultura em geral e economia. Apesar de termos poucas informações sobre a linha ideológica seguida pela Revista, podemos concluir que era favorável aos militares, tendo em vista os posicionamentos de Adolpho Bloch em sua coluna “Adolpho Bloch escreve”, além de percebermos o afastamento constante de matérias que poderia polemizar ações dos governantes militares (NASCIMENTO, 2013; BRASIL, 2015). Nascimento (2013, p. 7) revela, por exemplo, que “percebemos uma clara diferença nas posturas das revistas *Veja* e *Manchete*, principalmente no que diz respeito à censura, pois a *Manchete* não teve censores em sua redação nem teve nenhuma de suas matérias “cortadas” por agentes do governo.”. É, portanto, fundamental levarmos isso em conta quando analisamos a matéria sobre as relações Brasil-China na revista, pois demonstra a intenção por trás da abordagem crítica do redator.

REPERCUSSÃO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Seguiremos, enfim, para o detalhamento sobre a repercussão dos veículos de imprensa sobre o reconhecimento da China comunista e estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com o Brasil. As reportagens, de modo geral, têm a finalidade de informar o leitor sobre o ocorrido. No entanto, é preciso perceber as nuances críticas presentes no texto escrito, como palavras e conceitos usados no título ou no olho da matéria, que facilitam desvendar o teor crítico e ideológico do jornal. Assim, partiremos para análise de cada uma das matérias, evidenciando seus principais conteúdos informativos e opinativos. Compararemos, por fim, o teor das reportagens com i) a descrição dos fatos segundo a bibliografia da primeira seção do artigo e ii) a linha editorial dos jornais.

“Diplomacia adulta”

O título “Brasil inicia relações com a China e rompe com Formosa” e a imagem de Antonio Azevedo da Silveira com o ministro chinês Chen Chieh — brindando com café e sorrisos nos rostos — chamam a atenção na capa da edição nº 130 do *Jornal do Brasil*, em 16 de agosto de 1974. A cha-

mada para a notícia, que ocuparia toda a página 3 e parte da página 6 da edição, evidencia que o estabelecimento de relações com a China Popular implica, necessariamente, no rompimento de relações diplomáticas com Taiwan. Somado a isso, dá-se ênfase na nota oficial divulgada pelo embaixador da China Nacionalista, Fu Sung Chu, de lamento pelo ocorrido (JORNAL DO BRASIL, 1974). O que nos parece, em um primeiro momento, é que o *Jornal do Brasil* enfatiza os lados positivos e negativos do processo decisório, sem assumir um posicionamento claro.

A reportagem completa, com informações históricas e detalhes sobre o encontro entre os ministros, ocupa toda a terceira página do periódico. Sob o título “Brasil reconhece China e estabelece relações”, a matéria inicia com a explicação sobre a formação de uma Comissão Mista Econômica entre Brasil e China que atuará nas determinações das trocas econômicas e comerciais entre os dois países, com ênfase no comércio de açúcar e minério — já explorado pelos dois países — e transporte dessas mercadorias (JORNAL DO BRASIL, 1974). A temática comercial entre os dois países também é tratada sob o subtítulo “O pomo da concórdia”, em que o jornal explica que “o comércio foi o ponto de aproximação para o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a China, agora concretizado.” (JORNAL DO BRASIL, 1974, p. 3). O texto relata as diversas tentativas frustradas de

aproximação entre os dois países, desde meados dos anos 1800 até, finalmente, o ano de 1974, enfatizando casos de xenofobia contra os chineses, a opção de apoiar a China Nacionalista e o Japão em detrimento da China comunista e, por fim, os diálogos comerciais que já vinham sido estabelecidos antes das decisão de Geisel. Sobre o rompimento das relações com Formosa, vemos o detalhamento da recepção do embaixador Fu Sung, que apesar de lamentar o ocorrido, espera que as relações comerciais e de amizade entre o país e o Brasil se mantenham, tendo em vista o crescimento das importações no ano anterior (JORNAL DO BRASIL, 1974). Ao que tudo indica, o jornal não tece críticas ao rompimento diplomático com Taiwan, visto que isso não implicaria nas relações comerciais entre os dois países.

Complementarmente, o JB apresenta, na íntegra, os discursos de Chen Chieh, Silveira e a nota conjunta dos governos brasileiro e chinês sobre o restabelecimento. Após os discursos, o subtítulo “Decisão vem da posse de Geisel” nos induz ao que vai ser explicado sobre o processo decisório (JORNAL DO BRASIL, 1974). Segundo o redator,

O estabelecimento (...) constituiu-se, da parte brasileira, o passo concreto de uma decisão tomada pelo Presidente Ernesto Geisel desde que assumiu o Governo. A ideia, amadurecida no escritório do Largo da Misericórdia, foi conduzida depois sigilosamente pelo Chanceler

Azeredo da Silveira. (JORNAL DO BRASIL, 1974, p.3)

É explicado, portanto, que a decisão já era trabalhada desde o ano anterior, quando um representante do Itamaraty acompanhou empresários na missão à China. No entanto, o jornal enfatiza que enquanto alguns observadores do Itamaraty viram o fato com surpresa, no Palácio do Planalto a decisão era “lógica e inevitável” (JORNAL DO BRASIL, 1974, p. 3). Quando comparamos essa nota com o editorial da matéria, na página 6, compreendemos o posicionamento do jornal à decisão.

No topo da página, a expressão “Diplomacia adulta” revela a visão editorial do *Jornal do Brasil* sobre as relações Brasil-China. Logo no início do texto, defende-se que a aproximação entre os dois países abrirá as portas para um intercâmbio comercial a “pleno ímpeto” (JORNAL DO BRASIL, 1974, p.6). Relembrando das viagens de Kissinger e Nixon à Pequim, no ano de 1972, o *Jornal* declara que verificando a evolução da política internacional, as bases para uma “paz duradoura dependiam, em grande parte, da inclusão da China entre as Nações Unidas” (JORNAL DO BRASIL, 1974, p.6). O rompimento entre a República Popular da China e a URSS também foi comentado como condicionante para aproximação entre EUA e RPC. Este primeiro, ademais, foi elogiado por seu “brilhante exercício de uma política exterior” (JORNAL DO BRASIL, 1974, p.6), apesar da sua

crise interna. Somado a isso, o redator do Jornal revela, em números, a dimensão demográfica da China Popular, que se constituiria em um mercado frutuoso não só para o Brasil, mas para todo o mundo. Por fim, o autor afirma que, a partir do restabelecimento de “relações diplomáticas com a China, o Brasil exerce, soberanamente, sua política exterior” (JORNAL DO BRASIL, 1974, p. 6).

O que concluímos da repercussão do Jornal do Brasil, portanto, é o apoio à decisão brasileira. Por mais que se mostre os pormenores do processo decisório, dados econômicos e comerciais, além do posicionamento de Taiwan sobre a aproximação sino-brasileira, o jornal não esconde a sua recepção positiva. Além disso, por diversas vezes, o redator usa palavras que nos conduzem a imaginar que essa decisão já era esperada pelo jornal, como no caso de “restabelecimento”, que implica que a China Popular e o Brasil já haviam tido relações diplomáticas. Esse viés implícito no texto faz parte de uma corrente de pensamento que entende a China Popular como, de fato, a China legítima desde antes de 1949. No entanto, não assumimos a boa recepção do JB sobre esse fato da política externa do governo Geisel como a geral, tendo em vista não só as crises posteriores entre o Jornal e o governo consequentes da censura, como também críticas do JB ao governo Geisel e às relações Brasil-China em 1978, afirmando que a China continuou tão distante do Brasil quanto era no passado

(JORNAL DO BRASIL, 1978, p.2. In: VIZENTINI, 2004). Mesmo assim, percebemos que o JB, dentre os outros jornais, tenta realizar a tradicional transmissão de informação neutra, com nuances críticos, especialmente no setor editorial do periódico.

“Tonalidades mais vivas no quadro da diplomacia brasileira”

Com a mesma imagem dos ministros brasileiro e chinês esboçando sorrisos enquanto brindam um café — agora ocupando toda a primeira capa — a edição nº 93 do periódico *Opinião*, de 19 de agosto de 1974, trata de “O Reconhecimento da China” (OPINIÃO, 1974, p.1). A reportagem ocupa a metade das páginas 4 e 5 do periódico, abordando não só a decisão brasileira, mas também a política externa chinesa tendo em vista seu ímpeto em sair do isolamento internacional que a assolava. Portanto, partimos para a análise do conteúdo apresentado na matéria do *Opinião*.

É evidente que o *Opinião* traz uma abordagem totalmente distinta do que vimos no *Jornal do Brasil*. Enquanto o segundo visava a apresentação detalhada dos fatos, dados e motivações que permearam as relações entre Brasil e China, trazendo uma análise crítica separada da reportagem principal, o primeiro emprega o seu posicionamento editorial desde a primeira linha do texto, que traz o termo “reatamento”, no mesmo sentido que expli-

camos no jornal anterior (OPINIÃO, 1974, p. 4). Ao longo da explanação, não verificamos qualquer menção à Taiwan, ou às novas perspectivas para o comércio e a economia entre Brasil e China, senão a crítica aos aspectos políticos — internos e externos — que concernem as ações tomadas pelo governo em nome do Pragmatismo Ecumênico e Responsável.

Na realidade, o momento em que verificamos explicações históricas que tangem as relações entre Brasil e China é quando o jornal trata especificamente dos “rumos e progressões da política externa chinesa” (OPINIÃO, 1974, p. 4). Ao longo dessa parte, o redator analisa a presença chinesa no Sistema Internacional, partindo da proclamação da República Popular da China em 1949 e do deslocamento de Chiang Kai-Shek à Ilha de Formosa; passando pelo isolamento perpetuado pelos Estados Unidos e por outros países do ocidente ao assumirem a China Nacionalista como legítima na Organização das Nações Unidas; pela participação chinesa e estadunidense na Guerra das Coréias; pela Revolução Cultural, entre outros acontecimentos da política interna chinesa; por fim, pela aproximação, apoio e fatídico rompimento de relações entre a China Popular e a URSS, que culminou na abertura da China Popular ao resto do mundo. Tudo isso é posto em caráter de apoio à RPC como potência em ascensão.

No entanto, o nosso foco é como o jornal retratou as relações sino-brasileiras. Em um primeiro momento, o redator afirmou que o reatamento de relações diplomáticas entre os dois países “acrescenta tonalidades ainda mais vivas no quadro da diplomacia brasileira, vigorosamente retocado nos últimos quatro meses.” (OPINIÃO, 1974, p.4). No mesmo sentido, se referiu positivamente às decisões de aproximação com outros países socialistas, abertura ao Oriente Médio e reconhecimento de Guiné-Bissau, rompendo com as ações do Itamaraty nos governos anteriores de neutralidade frente ao colonialismo português e apoio à Israel (OPINIÃO, 1974). Assim, a sentença a seguir chama a atenção para a interpretação do Jornal sobre as estratégias de política externa anteriores, especialmente frente à surpresa de alguns membros dos setores públicos sobre a decisão de aproximação entre Brasil e China:

De um ponto de vista mais amplo, mais do que razões de espanto, contudo, as últimas iniciativas diplomáticas brasileiras dão margem, na verdade, a singelas constatações do descompasso, cada vez mais evidente, que vinha separando perigosamente o país do resto da comunidade internacional. (OPINIÃO, 1974, p.4)

Seguindo na mesma lógica, o Jornal assume que a linha de ação do Pragmatismo Ecumênico e Responsável tem em vista a “recuperação do tem-

po perdido (...)” (OPINIÃO, 1974, p.4) pela política externa dos outros governantes, que tinham pretensões de ser potências médias mas praticavam uma política de isolamento. Paralelamente, o redator elenca as três decisões que trazem benefícios ao Brasil no cenário internacional: i) o restabelecimento de relações diplomáticas com a RPC, que traz por consequência a aproximação com os países terceiro-mundistas; ii) o reconhecimento de Guiné-Bissau, que recupera a imagem do Brasil para os aliados africanos e árabes; e iii) a revisão do apoio à Israel diante dos conflitos no Oriente Médio (OPINIÃO, 1974). Não obstante, o posicionamento do Brasil frente aos vizinhos latinos também é relatado sob aspectos tanto positivos, quanto negativos. Vemos, dessa maneira, a tendência o jornal de se colocar favorável às medidas de abertura assumidas pelo governo Geisel, mas em tom de crítica quando o discurso do País é vacilante, como no caso dos encontros do Governo com os presidentes do Chile, do Uruguai e da Bolívia (OPINIÃO, 1974).

Paralelamente, o autor chama atenção para o fato de essas iniciativas se referirem ao plano comercial e econômico, não político. Isso porque o governo Geisel ainda mantém os princípios anticomunistas do governo, mas abre margem à tolerância ideológica presente no pragmatismo, que deve ser responsável, “em nome dos bons negócios” (OPINIÃO, 1974, p. 4). O que concluímos, se-

guindo na mesma linha de pensamento do próprio redator do *Opinião*, é que a surpresa de alguns setores sobre o reatamento está do fato de assumirem que essa decisão colocou em cheque os princípios — anticomunistas — do regime militar, o que já provamos que não é verídico.

Sobre o pensamento ideológico do *Opinião*, identificamos que a escrita em tom crítico revela não só a aversão do jornal aos governos anteriores, como também testemunha criticamente as ações de política externa do governo Geisel, por mais que algumas vão ao encontro do que o jornal defende. Diferentemente do *Jornal do Brasil* e, como veremos, da revista *Manchete*, o enfoque do *Opinião* não foi tão influenciado por setores empresariais e, por isso, assume a liberdade de fazer críticas em tom político e ideológico.

“Distantes, porém amigos”

Duas semanas depois do comunicado conjunto sobre as relações diplomáticas entre Brasil e República Popular da China, a revista *Manchete*, na edição nº 1.167, de 31 de agosto de 1974, identifica no canto superior direito da capa a seguinte chamada: “Brasil - China: Distantes, porém amigos” (MANCHETE, 1974, p.1). Desde já, interpretamos o teor da matéria à luz dessa frase. Para nós, fica clara a tentativa de enfatizar a distância não só física, mas também política e ideológica entre Bra-

sil e RPC, que será demonstrada ao longo das oito páginas da edição dedicadas à aproximação sino-brasileira. Além disso, os redatores da matéria são identificados, Flávio Costa e Pery Cotto, que preparam o leitor para o conteúdo do texto, tratando-se do processo decisório do “reatamento de relações entre os dois maiores países em desenvolvimento do mundo e (...) as consequências econômicas dessa aproximação” (MANCHETE, 1974, p. 4).

O enfoque editorial da revista se dá em duas áreas, a comercial-econômica e a política, essa última mais tímida. O parágrafo que introduz a matéria sobre o reatamento de Brasil e China traz o entusiasmo dos autores ao relatá-lo, tão aparente que vale ser lido na íntegra:

Poucas vezes um episódio de natureza diplomática causou tanta — e tão grata — repercussão em todos os meios da vida nacional. O reatamento das relações entre o Brasil e a China, em nível de embaixada, além de coroar o paciente trabalho dos nossos setores empresariais, demonstrou que o governo brasileiro deu um passo gigante em sua filosofia pragmática. A simpatia com que os chineses foram aqui recebidos traduziu a política transideológica que domina o mundo moderno, no qual o Brasil e China são países emergentes. A luta pelos mercados consumidores não se faz mais através de guerras, quentes ou frias. A milenar sabedoria chinesa e o tradicional jeito brasileiro venceram as barreiras criadas pelas ideologias e pelos oceanos. Brasil e China são dois colossos

que podem se ajudar mutuamente, em busca da paz e do progresso de seus povos. (MANCHETE, 1974, p. 4)

Assim, a tônica do Brasil como potência emergente, que vê a China como potência em ascensão e mercado consumidor de boas perspectivas, foi defendida ao longo das próximas páginas. Os redatores escolhem dar detalhes sobre as missões empresariais brasileiras de 1973 e de 1974 em Pequim, abrindo espaço para os empresários prestarem depoimentos sobre a experiência que viveram na China, a realidade do país e as expectativas para essa parceria comercial e diplomática, sempre com tom esperançoso (MANCHETE, 1974). O mercado consumidor chinês, de mais de 800 milhões de habitantes, serviu como base para o investimento dos empresários brasileiros no país, primeiramente pelo setor agrícola, mas também por outros bens de capital (MANCHETE, 1974). Concluimos, dessa parte da matéria, que o teor comercial da revista se alinha ao que apresentamos sobre a linha editorial, visto que a gestão da revista Manchete, pelo empresário Adolpho Bloch, seguia uma política de alinhamento ao regime militar, mas com interesses empresariais claros.

Entretanto, não afirmamos que a revista tinha a intenção de informar o leitor com tom neutro e acrítico. Destacamos particularmente uma parte da matéria de subtítulo “O Brasil abre a cortina de bamba e tira a China de

lá” (MANCHETE, 1974, p.12), escrita por Murilo Melo Filho. A bem da verdade, o autor declarou abertamente o posicionamento da revista em dez tópicos organizados. No primeiro tópico, Melo Filho lembrou da prisão de cinco chineses no Brasil, em 1964, tidos como subversivos, acarretando no estremecimento de relações do Brasil com a China; enquanto no segundo, o fato de a China raramente enviar delegações para o reatamento de relações diplomáticas foi evidenciado pelo autor (MANCHETE, 1974). Já no terceiro, quarto e quinto tópico, o redator se referiu à recepção, por exemplo, de Fidel Castro, que antes se dirigia ao regime brasileiro como “lacaio do imperialismo americano” e que a partir de então dá “acenos de reaproximação” (MANCHETE, 1974, p.12); também menciona a delegação vinda da Rússia para aproximação comercial com o Brasil; além dos órgãos internacionais, que antes se referiam ao Brasil como “uma nação retrógrada, voltada contra o futuro e mergulhada numa noite de trevas”, que teriam que “rever os seus conceitos, diante do que a diplomacia e a empresa brasileiras estão mostrando nestes dias fecundos: uma estratégia moderna e agressiva, criadora e inteligente, que consolida os clientes tradicionais, mas ao mesmo tempo de se lança (...) em busca de novos sócios.” (MANCHETE, 1974, p.12).

Sobre o pragmatismo, a revista defende que está derrubando fronteiras ideológicas que

por “tanto tempo encheram o prato preferido e digerido por tantos demagogos deste e de outros continentes” (MANCHETE, 1974, p.12), somado ao fato de que o Brasil, a partir de então, não terá mais “aliados incondicionais ou inimigos irreconciliáveis, mas apenas novos fregueses a conquistar, sejam eles socialistas comunistas, monarquistas, sociais-democratas ou simplesmente democráticos.” (MANCHETE, 1974, p.12). Ou seja, a vê com positivismo a “nova” política externa executada pelo Brasil.

Por fim, concluímos nossa análise da matéria da revista Manchete com a conclusão dos tópicos oito, nove e dez de Melo Filho. De acordo com o redator

Conclui-se de tudo isso que os regimes tidos por alguns como militaristas e ditatoriais podem trilhar caminhos democratizantes, modernizadores e de abertura, que certos governos democráticos, modernos e abertos, não raro, hesitam em adotar. Ou quando o fazem, é a um custo muito penoso. (MANCHETE, 1974, p.12)

Ademais, “O governo brasileiro, apoiado pela opinião pública, pelo Exército e pela classe política, reatou as relações diplomáticas com a China Comunista como quem cumpre serenamente um indeclinável imperativo das novas contingências mundiais.” (MANCHETE, 1974, p.12). Assim o autor afirma que “Esse reatamento aconteceu no

momento próprio e adequado. Se tivesse reatado há um ano (antes da crise do petróleo), talvez fosse cedo. Se reatasse daqui a um ano, talvez fosse tarde.” (MANCHETE, 1974, p.12). Portanto, a generalização utilizada por Melo Filho expressa o sentimento positivo que tinha pelo reatamento. Ou seja, de que foi uma decisão acertada e unânime vinda do governo brasileiro, sem discordâncias, até mesmo, na opinião pública, que é também definida pelo próprio meio em que o jornalista se comunica. Sem qualquer menção a Taiwan, a matéria demonstrou a seletividade dos meios de comunicação ao fornecerem a informação ao leitor, que está à mercê das escolhas editoriais.

CONCLUSÃO

Mediante o exposto podemos, portanto, chegar a algumas conclusões. Primeiramente, compreendendo o risco de incorrer anacronismos, verificamos que a percepção de Ernesto Geisel e Antonio Azeredo da Silveira sobre a conjuntura internacional da época favoreceu a boa aceitação pública da reaproximação entre Brasil e China. No âmbito comercial e econômico, a convergência entre as mudanças financeiras e comerciais sofridas em razão da Crise do Petróleo de 1973 e a queda no gráfico de crescimento econômico do Brasil pós-Milagre Econômico, evidenciaram a necessidade de ampliação das parcerias brasileiras.

Como vimos na reportagem da revista *Manchete*, o setor empresarial percebeu essa necessidade e se adiantou ao realizar duas missões empresariais em Pequim, em 1973 e 1974. O general Geisel, ao lado de Azeredo da Silveira, por sua vez, associaram-se à esses grupos e, quando assumiram o poder, enviaram uma delegação à China também para aquecimento das relações. Não só a *Manchete*, como também o *Jornal do Brasil*, por seu caráter empresarial e enfoque econômico, retrataram a decisão com positividade, pois demonstrava o pragmatismo no investimento comercial do novo governo. O que vemos, portanto, é que a convergência dos interesses entre os grupos define o enfoque editorial da reportagem, ou seja, as informações que serão transmitidas.

Por outro lado, o jornal *Opinião* se destacou ao transmitir a informação em caráter político e ideológico quase que exclusivamente. Para uma revista de oposição, a análise crítica é fundamental e deve ser transmitida ao leitor. Ao assumir uma política ecumênica, que se aproxima à governos de ideologia oposta, o governo Geisel foi retratado como distinto dos anteriores. Tendo isso em vista, o *Opinião* escolhe dar enfoque não nas motivações para o restabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e a China Popular, tampouco nas consequências do rompimento com Taiwan, mas sim no redirecionamento da política externa brasileira para o diálogo com nações que, antes, eram vistas

como uma ameaça à segurança nacional. Isso porque, como vimos, existiam grupos de interesses que influenciam o *Opinião* distintos dos que vemos no caso do *Jornal do Brasil* e, sobretudo, da revista *Manchete*. Sem qualquer compromisso com satisfazer os tomadores de decisão, o jornal *Opinião* imprime críticas à sua revelia e de acordo com o que os seus leitores — é o que imaginamos — querem consumir. Portanto, ficam claras as respostas às nossas perguntas iniciais.

Dessa forma, o exame comparativo das diferentes coberturas evidencia que a imprensa não atuou de forma homogênea diante da reaproximação diplomática entre Brasil e China, mas sim de acordo com interesses, vínculos e orientações editoriais específicas. Essa pluralidade de narrativas demonstra o papel da mídia como fonte para a compreensão das relações entre política externa, sociedade civil e regime militar. Ao evidenciar que a cobertura jornalística sobre a abertura diplomática refletiu interesses distintos e até contraditórios, este estudo contribui para reforçar a relevância da análise histórica da imprensa como instrumento de compreensão das dinâmicas políticas e sociais do Brasil durante a ditadura militar, encerrando-se, portanto, como uma chave interpretativa para a memória e para o entendimento crítico do passado recente.

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS DA DITADURA. **O “Jornal do Brasil” na mira do regime**. 3 jan. 1977. Disponível em: <https://arquivosdeditadura.com.br/documento/galeria/jornal-brasil-mira-regime#pagina-2>. Acesso em: 11 ago. 2025.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília: FUNAG, 2008. 330 p. ISBN 978-85-7631-110-2.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República e à organização dos três Poderes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 out. 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. **Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966.** Dispõe sobre eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 fev. 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm.

Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. **Ato Institucional nº 4, de 12 de dezembro de 1966.** Convoca o Congresso Nacional para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-04-66.htm. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** Suspende a garantia do habeas corpus para determinados crimes; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm.

Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.** Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 fev. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm.

Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL; CHINA. **Comunicado conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o estabelecimento de relações diplomáticas,** 15 ago. 1974. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=PREG&Pesq=ecum%c3%aanico&id=4246308210874&pagfis=22216>. Acesso em: 4 set. 2025.

Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL RECONHECE CHINA E ESTABELECE RELAÇÕES. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 ago 1974, 1º caderno, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=China&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=38735.

Acesso em: 17 jul. 2025.

BRASIL/CHINA: Distantes, porém amigos. **Manchete**, Rio de Janeiro, 31 ago 1974, n. 1.167, p. 4-13. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pesq=China&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=144841>.

Acesso em: 17 jul. 2025.

Acesso em: 17 jul. 2025.

Acesso em: 17 jul. 2025.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** 4. ed. rev. e ampl. Brasília: Editora UnB, 2012.

CHENG, Joseph Yu-Shek; ZHANG, Franklin Wankun. **Chinese foreign relation strategies under Mao and Deng: a systematic and comparative analysis**. Kasarinlan: Philippine Journal of Third World Studies, Quezon City, v. 14, n. 3, p. 91-114, 1999.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111.

DIPLOMACIA ADULTA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 ago 1974, 1º caderno, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=China&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=38738. Acesso em: 17 jul. 2025.

ESTANISLAU, L. **Jornal Opinião: oposição à ditadura dentro da legalidade**. **Opera Mundi**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/memoria/jornal-opiniao-oposicao-a-ditadura-dentro-da-legalidade/>. Acesso em: 4 set. 2025.

HALLIDAY, Fred. **The making of the second Cold War**. 2. ed. London: Verso Editions and NLB, 1986.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Os jornais da época**. Memórias da Ditadura, [s.d.]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/os-jornais-da-epoca/>. Acesso em: 4 set. 2025.

LESSA, Antônio Carlos. **A vertente perturbadora da política externa durante o governo Geisel: um estudo das relações Brasil-EUA (1974-1979)**. Brasília, v. 35, n. 137, p. 27-48, jan./mar. 1998.

MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo (org.). **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018. (Coleção política externa brasileira).

MÜLLER, Pricila Niches. **Marcha sobre Pequim: a República Popular da China na política externa do governo Geisel (1974-1979) segundo o Jornal do Brasil e O Estado de São Paulo**. 2019.

MÜLLER, Pricila Niches. **Negócio da China: a relação entre mídia e poder na diplomacia do governo Geisel (1974-1979)**. Revista de História, v. 10, 2019.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. **A imprensa a serviço do golpe: o AI-5 nas páginas da revista Manchete (1968-1979)**. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013. Anais [...]. [S.l.: s.n.], 2013.

O RECONHECIMENTO DA CHINA. **Opinião**, Rio de Janeiro, 19 ago 1974, n. 93, p. 3-4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123307&pesq=China&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2056>. Acesso em: 17 jul. 2025.

PINHEIRO, Leticia. **Foreign policy decision-making under the Geisel Government: the president, the military and the foreign ministry**. Brasília: FUNAG, 2013.

PINHEIRO, Leticia. **Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 247–270, 1993.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SILVEIRA, Antônio Francisco Azeredo da. **Discurso na XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas**. In: MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo (org.). O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia. Brasília: FUNAG, 2018. p. 47-59. (Coleção política externa brasileira).

SILVEIRA, Antônio Francisco Azeredo da. **Exposição de motivos ao Presidente Ernesto Geisel sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China**. Brasília, mar. 1974. (CPDOC, Arquivo Ernesto Geisel, pr 1974.03.00/2 (180)). Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=PREG&id=4246308210874&pagfis=21945>.

Acesso em: 4 set. 2025.

SOARES, G. A. D. Censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), v. 10, p. -, 1995.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974–1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 191–222, 2004.

VIZENTINI, Paulo F. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

NOTAS

¹Organização para a Libertação da Palestina.

²Os bilhetinhos eram ordens de censura enviados clandestinamente aos jornais, determinando o que poderia, ou não, ser publicado.

³Aplicada quando os jornais se recusavam a praticar a autocensura.